

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	3
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	4
1.5 Principais clientes	5
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	6
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	7
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	8
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	9
1.10 Informações de sociedade de economia mista	12
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	13
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	14
1.13 Acordos de acionistas	15
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	16
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	17
1.16 Outras informações relevantes	18
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	19
2.2 Resultados operacional e financeiro	21
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	25
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	26
2.5 Medições não contábeis	27
2.6 Eventos subsequentes as DFs	28
2.7 Destinação de resultados	29
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	32
2.10 Planos de negócios	33
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	34
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	35
3.2 Acompanhamento das projeções	36

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	37
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	40
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	42
4.4 Processos não sigilosos relevantes	43
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	44
4.6 Processos sigilosos relevantes	45
4.7 Outras contingências relevantes	46
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	47
5.2 Descrição dos controles internos	50
5.3 Programa de integridade	51
5.4 Alterações significativas	55
5.5 Outras informações relevantes	56
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	57
6.3 Distribuição de capital	61
6.4 Participação em sociedades	62
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	63
6.6 Outras informações relevantes	64
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	65
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	67
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	68
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	69
7.4 Composição dos comitês	73
7.5 Relações familiares	74
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	75
7.7 Acordos/seguros de administradores	81
7.8 Outras informações relevantes	82
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	83

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	86
8.3 Remuneração variável	90
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	91
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	92
8.6 Outorga de opções de compra de ações	93
8.7 Opções em aberto	94
8.8 Opções exercidas e ações entregues	95
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	96
8.10 Outorga de ações	97
8.11 Ações entregues	98
8.12 Precificação das ações/opções	99
8.13 Participações detidas por órgão	100
8.14 Planos de previdência	101
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	102
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	103
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	104
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	105
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	106
8.20 Outras informações relevantes	108
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	109
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	110
9.4 Outras informações relevantes	111
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	112
10.1 Descrição dos recursos humanos	114
10.2 Alterações relevantes	115
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	116
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	117
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	118
10.5 Outras informações relevantes	119
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	120
11.2 Transações com partes relacionadas	121
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	124
11.3 Outras informações relevantes	125
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	126
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	127
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	128
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	129
12.5 Mercados de negociação no Brasil	130
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	131
12.7 Títulos emitidos no exterior	132
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	133
12.9 Outras informações relevantes	134
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	135
13.1 Declaração do diretor presidente	136
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	137
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	138

1.1 Histórico do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor.

O Emissor originou-se com o nome de Participação e Administração S.A. - PASA em 19.12.1959, com sede em Belo Horizonte – MG e, desde o início de suas atividades, objetivava manter participações em outras empresas.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 11.08.1969 foi aprovada a transferência da sede social para São Paulo - SP, bem como a modificação da denominação social para Real S.A. Participações e Administração. A AGE de 08.04.1999 alterou a denominação social para Alfa Holdings S.A.

Atualmente, sua atividade principal consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de “holding” com participações indiretas direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiro (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Banco Alfa S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), de seguros (Alfa Seguradora S.A.) e previdência (Alfa Previdência e Vida S.A.).

O Emissor não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

Em novembro de 2022, o Banco Safra e a Administradora Fortaleza firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Administradora Fortaleza possuía nas entidades do Conglomerado Alfa, que atuam nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, private banking, wealth management, asset management, investment banking e seguros. O fechamento da operação ocorreu em 10.10.2023, passando o Banco Safra a ser controlador do Conglomerado Alfa.

Em 24.10.2023, o Safra apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro das ofertas públicas unificadas para aquisição de ações de emissão ordinárias e preferenciais das companhias abertas do Conglomerado Alfa (i) em razão da alienação do controle das Companhias e (ii) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta das Companhias perante a CVM (“OPAs”). Os leilões ocorreram em 28.02.2024 e como resultado dos leilões, o Banco Safra adquiriu ações das quatro companhias abertas do Conglomerado Alfa e obteve o quórum para cancelamento de registro do Banco Alfa de Investimento, da Financeira Alfa e do Consórcio Alfa.

Em 30.04.2024 o Banco Safra adquiriu 14.720.704 ações da Alfa Holdings S.A., passando a deter 80,5% de participação. Como tal aquisição de ações adicionais representou mais de 1/3 do total em circulação, o Banco Safra protocolou em 29.05.2024, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação. O leilão da OPA ocorreu dia 20.09.2024 e a companhia adquiriu ações adicionais, mas não atingiu o quórum para cancelamento de registro, permanecendo uma companhia aberta com ações listadas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas**1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas.**

O Emissor tem por objeto a exploração de qualquer gênero de comércio e indústria, especialmente os seguintes:

- a) atuar como representante, administradora ou procuradora de pessoas jurídicas ou físicas;
- b) assistência técnica e prestação de serviços a quaisquer empresas comerciais e industriais;
- c) quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais.

O Emissor poderá também participar como sócia de outras sociedades, na qualidade de cotista, acionista ou de qualquer outra forma legalmente admissível.

As controladas do Emissor atuam, principalmente, nos segmentos financeiro (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Banco Alfa S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), de seguros (Alfa Seguradora S.A.) e previdência (Alfa Previdência e Vida S.A.).

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

- 1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:
- a. produtos e serviços comercializados
 - b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor
 - c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Nas demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais, o Emissor divulgou seu resultado de forma individual.

Sua atividade principal consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "holding", com participações indiretas direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Banco Alfa S.A, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros, através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.).

A receita do Emissor é substancialmente proveniente de resultado de equivalência patrimonial, conforme demonstra o quadro abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023
Receita de juros	17.118	8.473	7.970
Margem financeira	17.118	8.473	7.970
Resultado de participações em coligadas	71.751	(122.775)	15.745
Outras receitas operacionais	509	709	199
Resultado operacional	89.378	(113.593)	23.914
Despesas de pessoal	(792)	(1.473)	(3.436)
Despesas gerais e administrativas	(1.038)	(745)	(3.466)
Outras despesas operacionais	(114)	(6.548)	-
Resultados antes da tributação	87.434	(122.359)	17.012
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social	(5.235)	6.894	(457)
Imposto corrente	(3.675)	(1.325)	(457)
Imposto diferido	(1.560)	8.219	-
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício	82.199	(115.465)	16.555

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

- a. características do processo de produção**
- b. características do processo de distribuição**
- c. características dos mercados de atuação, em especial:**
 - i. participação em cada um dos mercados**
 - ii. condições de competição nos mercados**
- d. eventual sazonalidade**
- e. principais insumos e matérias primas, informando:**
 - i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.**
 - ii. eventual dependência de poucos fornecedores.**
 - iii. eventual volatilidade em seus preços.**

O Emissor é uma Holding cuja atividade principal consiste em manter participações societárias em outras empresas, as quais encontram-se organizadas de acordo com as seguintes linhas de negócios:

1) Atacado

O segmento “atacado” é composto das atividades realizadas pelas entidades legais: Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e BRI Participações Ltda.

2) Varejo:

O segmento “varejo” é composto das atividades realizadas pela entidade legal: Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I e Banco Alfa S.A.

3) Seguros:

O segmento “seguros” é composto das atividades realizadas pela entidade legal: Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A., que são controladas pela coligada Corumbal Participações e Administração Ltda.

1.5 Principais clientes

- 1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:
- a. montante total de receitas provenientes do cliente
 - b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O Emissor não possui clientes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

O Emissor não depende de autorizações específicas, de órgãos governamentais, para o exercício de suas atividades.

O Emissor é cadastrado na Comissão de Valores Mobiliário – CVM, desde 20.07.1977 (código CVM 995-4), como companhia aberta.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

O Emissor tem conhecimento da legislação ambiental vigente, em especial, o disposto no art. 225 da Constituição Federal que classifica o meio ambiente como bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Não obstante a preocupação do Emissor em cumprir rigorosamente as regras referentes à legislação ambiental vigente, não há uma política ambiental específica, tendo em vista que a atividade por ele exercida é administrativa, desenvolvida em escritórios, o que não gera impactos negativos ao meio ambiente. Assim, não há impacto direto relevante no meio-ambiente resultado da atividade exercida pelo Emissor. Não há meios de se mensurar com precisão os custos para o cumprimento específico da regulação ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Não há efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do Emissor no que concerne à dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties, tendo em vista seu objeto social.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos;
- ii. em favor de partidos políticos; e
- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

Não há.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

- 1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:**
- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor.**
 - b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.**

O Emissor não obteve receitas provenientes do exterior nos exercícios sociais de 2025, 2024 e 2023.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor:

O Emissor não tem atividades em países estrangeiros, não estando sujeito à regulação estrangeira.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

(a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

Sim, divulgamos relatórios que tratam da atuação em sustentabilidade pelo Conglomerado Safra, reportando sobre informações sociais, ambientais e climáticas, assim como de governança corporativa.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório ESG atualiza as informações referentes ao ano anterior e é orientada pelas Normas GRI (*Global Reporting Initiative*), SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), princípios do Pacto Global e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Este relatório complementa o Relatório de Administração e o Relatório Anual, e consolida nossa atuação em temas sociais, ambientais e climáticos.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Os relatórios de sustentabilidade do Conglomerado Safra não são auditados ou revisados por entidade independente.

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado.

Os relatórios do Conglomerado Safra podem ser encontrados em: <https://www.safra.com.br/sobre/esg/relatorios.htm> e <https://www.safra.com.br/sobre/relacoes-com-investidores/informacoes-financeiras.htm>.

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Sim, o relatório considera a divulgação da matriz de materialidade e os indicadores-chave de desempenho ASG, quais sejam:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Temas	Subtemas	ODS relacionados
Integridade e governança	· Ética e transparência	
	· Excelência na gestão de riscos	
	· Privacidade e segurança de dados	
	· Fornecedores	
Pessoas	· Carreira e desenvolvimento	  
	· Diversidade, equidade e inclusão	
	· Saúde e bem-estar	 
	· Cultura e conduta responsável	
Clientes	· Negócios e sustentabilidade	    
	· Relacionamento responsável	
Responsabilidade social	· Empreendedorismo	 
	· Educação financeira	
Responsabilidade ambiental	· Impacto climático	 
	· Eficiência nas operações	

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Sim, o relatório considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de ESG aborda os eixos temáticos: Governança, Gestão de Riscos e Métricas que são recomendados pelo TCFD.

(h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Sim, o Conglomerado Safra realiza o inventário de emissão de gases de efeito estufa anualmente. Os resultados do inventário realizado pelo Conglomerado Safra encontram-se no Relatório da Administração divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31.12.2025 disponíveis em: <https://www.safra.com.br/sobre/relacoes-com-investidores/informacoes-financeiras.htm>

(i). explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Não aplicável.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

As informações de ASG divulgadas nos relatórios emitidos pelo Conglomerado tem por objetivo garantir o cumprimento da legislação vigente.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”.

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições.

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas.

Não aplicável, pois o Emissor não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Em 2025 não houve a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.**

Na Assembleia Extraordinária realizada em 28.03.2024 foi deliberado o aumento do capital social do Emissor em R\$6.311.000,00 elevando-o de R\$430.245.000,00 para R\$436.556.000,00 sem emissão de ações, mediante a capitalização da "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital".

Informações mais detalhadas sobre o referido aumento de capital social podem ser encontradas na ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 28.03.2024.

No exercício de 2025, não foram realizadas operações de fusão, incorporação, incorporação de ações, nem houve aumento ou redução de capital envolvendo o Emissor.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não existe acordo de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2025, 2024 e 2023.

Entretanto em 2024, após a transferência do controle do Emissor para o Banco Safra S.A, algumas estimativas contábeis do Emissor e suas coligadas foram revistas, com o intuito de harmonizar tais estimativas com os respectivos critérios contábeis adotados pelo Conglomerado Safra, destacando-se:

- provisão para perdas com riscos de crédito: o critério de mensuração pela perda esperada adotada pelo Safra há anos produziu no Alfa o agravamento das provisões, ao utilizar fatores objetivos de gatilhos de imparidade que combinam as informações econômico-financeiras do cliente com a maior brevidade possível na captura das ocorrências de perdas.
- provisão para contingências fiscais: O Safra também adota há anos o reconhecimento de provisões para perdas prováveis, que requerem provisão, em relação aos casos apontados por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível, critério este que não era adotado pelo Alfa, o que produziu no Alfa mais provisões para esse tipo de contingência.
- provisão para contingências trabalhistas: O critério de provisionamento adotado pelo Safra há anos para o massificado (riscos inferiores a um milhão de reais) é baseado na média de perda histórica dos últimos 24 (vinte e quatro) meses por grupo de cargos e região, reajustada trimestralmente pela atualização do ticket médio, enquanto o Alfa adotava o critério por perfil de empregado, probabilidade esperada de ingresso com reclamatória trabalhista e, em caso de ajuizamento, probabilidade de perda. O critério adotado pelo Safra produziu agravamento nas provisões para esse tipo de contingência, já que o critério do Safra incorre em maior precisão de desembolsos na maior brevidade possível, a partir de inputs dos dados observáveis de forma segmentada e com alta frequência (trimestral).

O uso desses critérios contábeis do Conglomerado Safra motivaram a redução do resultado do período.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Não houve nos anos de 2023, 2024 e 2025 contratos relevantes celebrados pelo Emissor e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes relativas a este item.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Por tratar-se de empresa exclusivamente detentora de participações societárias (holding), suas condições financeiras e patrimoniais refletem basicamente o desempenho de suas coligadas, que atuam em diversos ramos de atividade, principalmente no segmento financeiro.

O grupo de investimentos que contempla as participações societárias mantidas pelo Emissor em coligadas representa seu principal ativo. Em 31.12.2025, este item apresentou saldo de R\$891.091 mil (R\$827.564 mil em 2024). Em comparação ao saldo de 31.12.2024, houve um acréscimo de 7,68%.

Os demais ativos compreendem principalmente aplicações financeiras, impostos a compensar e ativos fiscais diferidos.

As fontes de recursos da Sociedade são provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras e do recebimento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos pelas empresas de que participa como acionista ou cotista.

Os dividendos estatutários e os juros sobre capital próprio a pagar representam os principais compromissos financeiros da Sociedade. Também são reconhecidas, no passivo da entidade, contingências fiscais.

b) Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social do Emissor era de R\$ 436.556 mil e estava representado por 84.682.269 ações escriturais sem valor nominal, sendo 46.011.632 ações ordinárias; 14.313.881 ações preferenciais classe “A” e 24.356.756 ações preferenciais classe “B”.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Sociedade era de R\$ 436.556 mil e estava representado por 84.682.269 ações escriturais sem valor nominal, sendo 46.011.632 ações ordinárias; 14.313.881 ações preferenciais classe “A” e 24.356.756 ações preferenciais classe “B”.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Sociedade era de R\$ 430.245 mil e estava representado por 84.682.269 ações escriturais sem valor nominal, sendo 46.011.632 ações ordinárias; 14.313.881 ações preferenciais classe “A” e 24.356.756 ações preferenciais classe “B”.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Estrutura de Capital da Sociedade: Próprio e de Terceiros

R\$ mil	31.12.2025	% em relação ao capital total	31.12.2024	% em relação ao capital total	31.12.2023	% em relação ao capital total
Patrimônio Líquido	1.016.566	98,40%	949.142	98,11%	1.082.832	98,91%
Capital de Terceiros	16.493	1,60%	18.267	1,89%	11.891	1,09%
Capital Total	1.033.059	100,00%	967.409	100,00%	1.094.723	100,00%

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Sociedade, além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.
A Sociedade não contrai empréstimos ou financiamentos, cabendo-lhe administrar seu caixa com recursos próprios. Tais recursos são suficientes para suprir suas necessidades decorrentes de seus compromissos financeiros assumidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.
A Sociedade não utilizou financiamentos de terceiros para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, sendo a fonte usada exclusivamente de capital próprio.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.
A Sociedade não pretende utilizar financiamentos de terceiros para cobertura de deficiências de liquidez, seja para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes, usando para tanto exclusivamente capital próprio.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.
A Sociedade não possui contratos de empréstimos e financiamentos relevantes, ou outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados
A Sociedade não utiliza financiamentos.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.
Não há alterações significativas nas demonstrações financeiras individuais, na demonstração do resultado e no fluxo de caixa.
Entretanto, houve mudanças em estimativas contábeis em 2024, por conta da harmonização das estimativas contábeis da Sociedade e suas coligadas com os respectivos critérios contábeis adotados pelo Conglomerado Safra, conforme descrito no item 2.2 a.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Por ser detentora de participações societárias (holding), todo o resultado relevante do Emissor é proveniente de equivalência patrimonial.

2025

No exercício de 2025, a Sociedade apurou lucro de R\$82.199 mil no exercício, correspondendo a um retorno sobre o Patrimônio Líquido médio de 8,38% e retorno sobre o ativo médio 8,26%. O desempenho foi explicado, principalmente, pelo resultado de equivalência patrimonial e pela receita de juros de aplicações financeiras.

O resultado de equivalência patrimonial decorreu das participações nas investidas Corumbal Participações e Administração Ltda. (R\$34.054 mil), o BAI Participações S.A. (R\$19.663 mil) e a FASA Participações S.A. (R\$18.034 mi), cujas participações indiretas incluem Banco Alfa de Investimentos S.A, Financeira Alfa S.A. – CFI, Alfa Previdência e Vida S.A, Alfa Seguradora S.A e Banco Alfa S.A.

2024

O Emissor apurou prejuízo de R\$ 115.465 mil no exercício, o que lhe proporcionou um retorno sobre o Patrimônio Líquido inicial de -10,66% e um retorno sobre o ativo inicial de -10,55%. O principal fator responsável por este lucro foi o resultado de equivalência patrimonial.

A empresa com maior participação no resultado de equivalência patrimonial em 2024 foi a Corumbal Participações e Administração Ltda. (R\$-61.793 mil), o BAI Participações S.A. (R\$-40.546) e a FASA Participações S.A. (R\$-22.566).

Com a transferência do controle do Emissor para o Banco Safra S.A, algumas estimativas contábeis do Emissor e suas coligadas foram revistas, com o intuito de harmonizar tais estimativas com os respectivos critérios contábeis adotados pelo Conglomerado Safra, destacando-se:

- provisão para perdas com riscos de crédito: o critério de mensuração pela perda esperada adotada pelo Safra há anos produziu no Alfa o agravamento das provisões, ao utilizar fatores objetivos de gatilhos de imparidade que combinam as informações econômico-financeiras do cliente com a maior brevidade possível na captura das ocorrências de perdas.
- provisão para contingências fiscais: O Safra também adota há anos o reconhecimento de provisões para perdas prováveis, que requerem provisão, em relação aos casos apontados por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível, critério este que não era adotado pelo Alfa, o que produziu no Alfa mais provisões para esse tipo de contingência.
- provisão para contingências trabalhistas: O critério de provisionamento adotado pelo Safra há anos para o massificado (riscos inferiores a um milhão de reais) é baseado na média de perda histórica dos últimos 24 (vinte e quatro) meses por

2.2 Resultados operacional e financeiro

grupo de cargos e região, reajustada trimestralmente pela atualização do ticket médio, enquanto o Alfa adotava o critério por perfil de empregado, probabilidade esperada de ingresso com reclamatória trabalhista e, em caso de ajuizamento, probabilidade de perda. O critério adotado pelo Safra produziu agravamento nas provisões para esse tipo de contingência, já que o critério do Safra incorre em maior precisão de desembolsos na maior brevidade possível, a partir de inputs dos dados observáveis de forma segmentada e com alta frequência (trimestral).

O uso desses critérios contábeis do controlador (Safra) no Emissor e suas coligadas motivaram a redução do resultado do período.

2023

O Emissor apurou lucro líquido de R\$ 16.555 mil no exercício, o que lhe proporcionou um retorno sobre o Patrimônio Líquido inicial de 1,55% e um retorno sobre o ativo inicial de 1,53%. O principal fator responsável por este lucro foi o resultado de equivalência patrimonial e a receita de juros sobre as aplicações financeiras.

A empresa com maior participação na receita de equivalência patrimonial em 2023 foi a Corumbal Participações e Administração Ltda. (R\$19.785 mil). Conforme mencionado no item 2.4 c, a Alfa Holdings integralizou a totalidade das ações que possuía do Banco Alfa de Investimento S.A. e da Financeira Alfa S.A. - C.F.I., nas empresas BAI Participações S.A e FASA Participações S.A., respectivamente, com isso, reconheceu equivalência negativa dessas empresas nos valores de R\$3.563 e R\$477, respectivamente.

ii - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2025

Em 2025, o resultado da Sociedade foi materialmente impactado pelo desempenho das controladas indiretas Banco Alfa de Investimentos S.A. e Financeira Alfa S.A. – CFI, refletido no resultado de equivalência patrimonial.

O desempenho dessas instituições foi influenciado, principalmente, pela melhora no resultado da intermediação financeira, após provisões para perdas com riscos de crédito, pela redução das despesas de pessoal e administrativas. Esses fatores foram parcialmente compensados pela redução das receitas de serviços. Em relação a 2024, o ano de 2025 foi também beneficiado pela não ocorrência de harmonização de estimativas contábeis alinhadas ao controlador, pois tal harmonização foi realizada exclusivamente em 2024.

2024

Em 2024, o fator que afetou materialmente o resultado do Emissor foi proveniente do resultado de equivalência patrimonial.

Com a transferência do controle do Emissor para o Banco Safra S.A, algumas estimativas contábeis do Emissor e suas coligadas foram revistas, com o intuito de harmonizar tais estimativas com os respectivos critérios contábeis adotados pelo Conglomerado Safra, destacando-se:

- provisão para perdas com riscos de crédito: o critério de mensuração pela perda esperada adotada pelo Safra há anos produziu no Alfa o agravamento das provisões, ao utilizar fatores objetivos de gatilhos de imparidade que combinam

2.2 Resultados operacional e financeiro

as informações econômico-financeiras do cliente com a maior brevidade possível na captura das ocorrências de perdas.

- provisão para contingências fiscais: O Safra também adota há anos o reconhecimento de provisões para perdas prováveis, que requerem provisão, em relação aos casos apontados por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível, critério este que não era adotado pelo Alfa, o que produziu no Alfa mais provisões para esse tipo de contingência.
- provisão para contingências trabalhistas: O critério de provisionamento adotado pelo Safra há anos para o massificado (riscos inferiores a um milhão de reais) é baseado na média de perda histórica dos últimos 24 (vinte e quatro) meses por grupo de cargos e região, reajustada trimestralmente pela atualização do ticket médio, enquanto o Alfa adotava o critério por perfil de empregado, probabilidade esperada de ingresso com reclamatória trabalhista e, em caso de ajuizamento, probabilidade de perda. O critério adotado pelo Safra produziu agravamento nas provisões para esse tipo de contingência, já que o critério do Safra incorre em maior precisão de desembolsos na maior brevidade possível, a partir de inputs dos dados observáveis de forma segmentada e com alta frequência (trimestral).

O uso desses critérios contábeis do controlador (Safra) no Emissor e suas coligadas motivaram a redução do resultado do período.

2023

Em 2023, o fator que afetou materialmente o resultado da Sociedade foi proveniente da sua coligada Corumbal Participações e Administração Ltda., que apresentou um resultado menor em 54%. Adicionalmente, as coligadas BAI Participações S.A. e FASA Participações S.A., também contribuíram para essa redução, apresentando resultados negativos em R\$7.131 e R\$961, respectivamente.

A principal variação do resultado da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda., está relacionada a realização no ano de 2023 da variação cambial, registrada na conta de ajuste de avaliação patrimonial, resultado da liquidação do investimento que a Corumbal possuía da Realplan Securities Inc, conforme explicado no item 2.4 c (i), que gerou um efeito positivo no resultado de R\$73,9 milhões, evento não recorrente para o ano de 2024.

O resultado da BAI Participações decorre exclusivamente da equivalência patrimonial do investimento que possui do Banco Alfa de Investimento. O resultado do Banco Alfa de Investimento em IFRS foi afetado pelo complemento de provisão para crédito de liquidação duvidosa de dois clientes do segmento atacado.

O resultado da FASA Participações decorre exclusivamente da equivalência patrimonial do investimento que possui da Financeira Alfa. O resultado da Financeira Alfa em IFRS foi impactado pelos menores spread praticados e pelo incremento da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

Por ser detentora de participações societárias (holding), todo o resultado relevante do Emissor é proveniente de equivalência patrimonial, que é o reflexo do resultado de suas investidas, não apresentando assim variações significativas em outras contas de resultado.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Por ser detentora de participações societárias (holding), todo o resultado relevante do Emissor é proveniente de equivalência patrimonial, que é o reflexo do resultado de suas investidas, não apresentando assim variações significativas em outras contas de resultado.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a) **mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios de 2025, 2024 e 2023.

Entretanto, houve mudanças em estimativas contábeis em 2024, por conta da harmonização das estimativas contábeis da Sociedade e suas coligadas com os respectivos critérios contábeis adotados pelo Conglomerado Safra, conforme descrito no item 2.2 a.

b) **opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.**

O parecer dos Auditores Independentes foi emitido sem qualquer ressalva para os anos de 2025, 2024 e 2023.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

O Emissor não introduziu nem alienou segmento operacional nos anos de 2025, 2024, e 2023.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participações societárias pelo Emissor nos anos de 2025, 2024 e 2023.

c) Eventos ou operações não usuais

- i. Em 08.08.2024, após análise da situação de caixa e do capital social da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais o Emissor, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$ 165.000. A redução se efetivou em 15.08.2024, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$ 71.866, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.
- ii. Em 31 de março de 2023 ocorreu a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado sob denominação BAI PARTICIPAÇÕES S.A., conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição. A integralização das 15.743.966 ações ordinárias, foi realizada pela Alfa Holdings S.A., mediante transferência das ações por esta detidas no capital do Banco Alfa de Investimento S.A., passando a BAI Participações ser a acionista direta do Banco Alfa de Investimentos S.A.
- iii. Em 31 de março de 2023 ocorreu a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado sob denominação FASA PARTICIPAÇÕES S.A., conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição. A integralização das 17.391.877 ações ordinárias, foi realizada pela Alfa Holdings S.A., mediante transferência das ações por esta detidas no capital da Financeira Alfa S.A. – C.F.I., passando a FASA Participações ser a acionista direta da Financeira Alfa S.A. – C.F.I.
- iv. A partir dos exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2023, as empresas seguradoras precisam se adequar aos requisitos do IFRS 17/CPC 50 – contratos de seguro. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas Informações Trimestrais, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. A Alfa Seguradora S.A e a Alfa Previdência S.A, coligadas indiretas do Emissor, avaliaram e concluíram que o impacto da adoção IFRS 17/CPC 50 foi de R\$7.872 mil no patrimônio líquido de 01 de janeiro de 2023.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

As medições não contábeis não estão sendo divulgadas.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As medições não contábeis não estão sendo divulgadas.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

As medições não contábeis não estão sendo divulgadas.

2.6 Eventos subsequentes as DFs**2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:**

Não há eventos relevantes subsequentes às últimas demonstrações financeiras que as altere substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) regras sobre retenção de lucros

Não há previsão de retenção de lucros no Estatuto Social do Emissor.

b) regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Emissor, aplicam-se as seguintes regras quanto à distribuição de dividendos: Após a dedução do Imposto de Renda e eventuais prejuízos acumulados, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social; (ii) valores que, legalmente puderem ser destinadas a Reservas para Contingências; (iii) valor necessário ao pagamento de um dividendo que represente em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas; (iv) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, inclusive o seguinte: a) 90% (noventa por cento) à Reserva para aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do Capital Social, b) o remanescente, à Reserva Especial de Dividendos com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social; (v) Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei das Sociedades Anônimas, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social do Emissor ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar; (vi) as reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a Reserva Legal, não poderão ultrapassar o Capital Social; atingido este limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do Capital Social, ou na distribuição de dividendos.

Conforme disposto no artigo 192 da Lei nº. 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração do Emissor apresentam à Assembleia Geral Ordinária, observado o disposto nos artigos 192 a 203 da Lei e no Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

A Reserva Legal visa assegurar a integridade do Capital Social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital. Esse valor é apurado mediante a aplicação da alíquota legal e estatutária de 5% sobre o resultado do exercício.

A Reserva de Lucros a Realizar é constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto do Emissor, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de coligadas e pagos pelo Emissor aos seus acionistas, conforme

2.7 Destinação de resultados

disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01 e; (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pelo Emissor, quando os lucros realizados não forem suficientes.

A “Reserva de Lucros a Realizar” é calculada conforme demonstrado abaixo:

	R\$ mil		
	2025	2024	2023
- Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	82.199	(115.465)	16.555
- (-/+) Resultado da Equivalência Patrimonial	(71.751)	122.775	(15.745)
- = Lucro / (Prejuízo) Financeiro	10.448	7.310	810
- Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	82.199	(115.465)	16.555
- (-) Reserva Legal	(4.110)	-	(828)
- Base de cálculo para dividendos	78.089	(115.465)	15.727
- Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	19.522	-	3.932
- Dividendos postergados em Reserva de Lucros a Realizar	11.272	-	3.932

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral do Emissor. Nos três últimos exercícios sociais os dividendos foram distribuídos conforme o Estatuto Social do Emissor, que permite que os pagamentos de dividendos ou JCP sejam efetuados com base no balanço intermediário de 30 de junho e no balanço de encerramento do exercício em 31 de dezembro de cada ano.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao Emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, nos últimos três exercícios sociais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Emissor não possui uma política de destinação de resultado formalmente aprovada. A destinação é feita conforme legislação vigente e disposições contidas em seu estatuto social.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Emissor.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Emissor.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

b. natureza e o propósito da operação.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme alínea b do item 2.8 acima, não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Emissor.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

O Emissor não possui plano de negócios.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores com influência relevante para o Emissor.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela Administração do emissor e quais escapam ao seu controle**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**

O Emissor não divulgou projeções ou premissas nos anos 2025, 2024 e 2023.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

O Emissor não divulgou projeções nos anos 2025, 2024 e 2023.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a) emissor

Considerando que a atividade principal do Emissor consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de “holding” com participações indiretas direcionadas, principalmente, nos segmentos financeiro, de seguros e previdência, seu risco fica concentrado na continuidade e nos riscos inerentes de cada empresa em que tem participação. Suas atividades podem ser impactadas por quaisquer riscos que venham a afetar suas controladas.

b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores

O investimento em valores mobiliários negociados nos mercados de capitais envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. A falta de liquidez de ações pode vir a dificultar a venda, por parte de acionistas, na ocasião e pelo preço que desejam. O Emissor pode vir a não efetuar pagamento de dividendos aos acionistas em qualquer exercício social, caso os administradores façam o aconselhamento, e se a assembleia geral de acionistas do Emissor assim aprovar, em decorrência da situação financeira do Emissor.

c) suas controladas / coligadas

As empresas controladas /coligadas de maior relevância são as seguintes:

i) Banco Alfa de Investimento S.A.

O Banco Alfa de Investimento S.A. está sujeito aos riscos inerentes à sua atividade como instituição financeira e que podem impactar negativamente a sua rentabilidade ou até mesmo comprometer parte do seu patrimônio. Dentre os riscos a que a empresa está submetida podemos citar os riscos de mercado, de crédito, liquidez e o risco operacional, como os principais.

ii) Financeira Alfa S.A. – Crédito Financiamento e Investimentos

A Financeira Alfa está sujeita a riscos inerentes à sua atividade como empresa financeira e que podem impactar negativamente a sua rentabilidade ou até mesmo comprometer parte do seu patrimônio. Dentre os riscos a que a empresa está submetida os riscos de mercado, de crédito, liquidez e o risco operacional, estão entre os principais.

d) seus administradores

A capacidade do Emissor e suas controladas /coligadas de manter sua posição competitiva e de implementar estratégias depende de suas lideranças. A perda

4.1 Descrição dos fatores de risco

de alguns membros da alta liderança poderia ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e capacidade de implementação de suas estratégias.

e) seus fornecedores

O Emissor não possui fornecedores relevantes.

f) seus clientes

O Emissor não possui clientes.

g) setores da economia nos quais o emissor atue

Mudança nas condições da economia mundial ou do nosso país, problemas estruturais ou piora nas condições de competitividade podem afetar negativamente empresas de setores econômicos específicos, fazendo com que possam ter sua condição financeira ou mesmo viabilidade comprometidas. A eventual concentração da exposição de crédito a empresas destes setores poderia ocasionar um aumento nas perdas de crédito e comprometer os resultados financeiros do Emissor.

h) regulação dos setores em que o emissor atue

Mudança nas condições da economia mundial ou do nosso país, problemas estruturais ou piora nas condições de competitividade podem afetar negativamente empresas de setores econômicos específicos, fazendo com que possam ter sua condição financeira ou mesmo viabilidade comprometidas. A eventual concentração da exposição de crédito a empresas destes setores poderia ocasionar um aumento nas perdas de crédito e comprometer os resultados do Emissor.

i) países estrangeiros onde o emissor atue

O Emissor não atua no exterior.

j) questões sociais

As questões sociais estão associadas a impactos negativos sobre comunidades, trabalhadores e outras partes interessadas, que podem resultar em perdas financeiras, reputacionais ou operacionais para o conglomerado Safra. Os principais fatores incluem violações de direitos trabalhistas, submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo, corrupção e conflitos com comunidades locais. São realizadas de forma diligente e rotineira análises dos relacionamentos comerciais de contrapartes citados em listas públicas sociais. Além de identificação de mídias desabonadoras, processos judiciais e quaisquer outras informações que possam gerar perdas financeiras e de reputação e imagem à Instituição.

k) questões ambientais

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os riscos ambientais estão relacionados a impactos negativos sobre o meio ambiente, que podem resultar em perdas financeiras, restrições regulatórias ou danos à reputação. Os principais fatores incluem: a degradação de ecossistemas, mudanças no uso do solo, poluição e emissões e acidentes ambientais. Esses eventos são materializados por desmatamento, perda de biodiversidade ou contaminação de solos e recursos hídricos, passivos ambientais em áreas de preservação permanente ou reservas legais, emissões de gases de efeito estufa (GEE) ou outros poluentes, vazamentos, derramamentos ou outros incidentes em operações de clientes financiadas pelo Banco, que podem resultar em passivos ambientais significativos.

São realizadas de forma diligente e rotineira análises dos relacionamentos comerciais de contrapartes citados em listas públicas ambientais, além de identificação de mídias desabonadoras, processos judiciais e quaisquer outras informações que possam gerar perdas financeiras e de reputação e imagem a Instituição.

l) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Os riscos climáticos estão associados aos impactos físicos e de transição decorrentes das mudanças climáticas, que podem em perdas financeiras, restrições regulatórias ou danos à reputação. Os principais eventos identificados para os riscos físicos são os eventos climáticos extremos (enchentes, secas) que podem afetar operações de nossas contrapartes. E para os riscos de transição as mudanças regulatórias, tecnológicas ou de mercado relacionadas à transição para uma economia de baixo carbono, que podem impactar as nossas contrapartes. O conglomerado realiza monitoramento mensal, de forma sistêmica, das contrapartes pertencentes a setores com maior exposição a riscos climáticos, divulgando internamente os resultados para apoiar a gestão e a tomada de decisão.

m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não há outras questões que não foram compreendidas nos itens acima.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Considerando que a atividade principal do Emissor consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de “holding” com participações indiretas direcionadas, principalmente, nos segmentos financeiro, de seguros e previdência, seu risco fica concentrado na continuidade e nos riscos inerentes a cada empresa em que tem participação e que seguem as diretrizes, das políticas de gerenciamento de riscos do Conglomerado Safra.

Os principais riscos estão detalhados a seguir:

a) Risco de crédito

O gerenciamento contínuo do risco de crédito é realizado em nível agregado (portfólio) e individual (contraparte) para o Conglomerado Safra, visando identificar, mensurar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados, bem como atuar na gestão ativa do capital de risco de crédito e no estabelecimento de diretrizes para avaliação e aprovação/concessão de operações de crédito conforme os níveis de alçada e apetite ao risco, tendo como foco elaborar políticas, parâmetros e processos de monitoramento das contrapartes e de garantias a fim de minimizar os riscos de perda associados.

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Emissor e suas coligadas não possuírem recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Conglomerado Safra possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez. Tais atividades são realizadas pela Área de Riscos.

c) Risco de mercado

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas, incluindo (i) o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e (ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas do Conglomerado Safra]

d) Risco operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais o Emissor e suas coligadas estão sujeitos, e a consequente adoção de medidas preventivas.

A governança da gestão de risco operacional do Emissor é estruturada não apenas por políticas, processos e procedimentos, mas também pela disseminação da cultura de prevenção aos riscos operacionais em toda a organização e conscientização de cada colaborador, independente de cargo ou função, sobre a responsabilidade de todos no gerenciamento do risco ao longo do exercício de suas funções no dia a dia.

Adicionalmente, a gestão do risco operacional, por meio de sua Controladora, possui um comitê delegado da Alta Administração, denominado Comitê de Gestão de Riscos Operacionais, Cibernéticos e Prevenção ao Crime Financeiro (CGROC), cujo objetivo é acompanhar, de forma periódica, e suportar a tomada de decisões sobre assuntos relacionados ao risco operacional, conformidade (compliance), continuidade de negócios, riscos social, ambiental e climático, prevenção a crimes financeiros, segurança da informação e governança de dados.

No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e no portal de dados abertos do Banco Central estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar 3, além das informações referentes à gestão de riscos e capital da Controladora.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Em relação a cada um dos riscos anteriormente mencionados, as empresas coligadas do Emissor estão em permanente monitoramento quanto aqueles que possam afetar adversamente seus negócios, resultados e continuidade de suas operações. Este monitoramento analisa o ambiente no qual o Emissor está inserido, avaliando impactos de mudanças macroeconômicas e setoriais sobre suas atividades através de indicadores consistentes de riscos e performance, bem como os riscos inerentes à forma de operação, dentro do ambiente regulatório que lhe é exigido. A avaliação quando da preparação destas informações é a de que nossa exposição aos riscos monitorados está enquadrada dentro dos parâmetros definidos pela nossa política de gestão de riscos, e de que inexistem evidências de aumento substancial no risco em qualquer das classes descritas no item anterior.

As empresas coligadas do Emissor utilizam um conjunto de métricas para fazer a gestão dos riscos de mercado com o objetivo de controlar suas exposições aos riscos cambiais, de taxas de juros, preços de ações e commodities. Para adequado controle de suas exposições, em consonância com o apetite de risco, são definidos limites de VaR, Estresse (1 dia) e Perda Máxima (Stop Loss) e alertas de Concentração (por grupo de Fatores de Risco), Negociabilidade, Nocional, Perda por choque paralelo de 1 ponto-base nas taxas de Mercado, Prazo Máximo, Estresse com Prazo, aplicados às carteiras de negociação (Trading) e de não-negociação (Banking) do Conglomerado Prudencial Safra.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. resumo das decisões de mérito proferidas
- h. estágio do processo
- i. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante
- k. análise do impacto em caso de perda do processo

Natureza: Cível

Não há processos cíveis individualmente relevantes para o Emissor ou suas controladas de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Trabalhista

Não há processos trabalhistas individualmente relevantes para o Emissor ou suas controladas de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Tributária

Não há processos tributários individualmente relevantes para o Emissor ou suas controladas de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Ambiental

Não há processos ambientais individualmente relevantes para o Emissor ou suas controladas de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item**

O Emissor e suas coligadas não possuem processos nessas condições.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

O Emissor e suas controladas não possuem processos nessas condições.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Não há outras contingências relevantes não abrangida nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Considerando que a atividade principal do Emissor consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de “holding” com participações indiretas direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiro, de seguros e previdência, os riscos do Emissor estão concentrados nas empresas em que tem participação. As sociedades controladas pelo Emissor estão sujeitas a política de gerenciamento de riscos do Conglomerado Safra. Esta política é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

Esses riscos estão detalhados a seguir.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i) os riscos para os quais se busca proteção
- ii) os instrumentos utilizados para proteção
- iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a sociedade. Por se tratar de uma Companhia exclusiva de participações societárias, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que detém participação societária. Conforme mencionado no item 1 do Formulário de Referência, em outubro de 2023, o Banco Safra assumiu o controle acionário do antigo Conglomerado Alfa e, desta forma, o Emissor e suas controladas passaram a compor o Conglomerado do Banco Safra e a adotar a mesma metodologia de gestão de riscos de sua Controladora. Em suma, o Conglomerado Safra adota metodologia de três linhas de defesa que contribuem para o aprimoramento dos mecanismos de governança e a transparência, além de manter um conjunto de procedimentos, alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas.

i. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento contínuo do risco de crédito é realizado em nível agregado (portfólio) e individual (contraparte) para o Conglomerado Safra, visando identificar, mensurar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados, bem como atuar na gestão ativa do capital de risco de crédito e no estabelecimento de diretrizes para avaliação e aprovação/concessão de operações de crédito conforme os níveis de alçada e apetite ao risco, tendo como foco elaborar políticas, parâmetros

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

e processos de monitoramento das contrapartes e de garantias a fim de minimizar os riscos de perda associados.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Emissor e suas controladas não possuírem recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Conglomerado Safra possui estrutura específica para o monitoramento e controle dos riscos de liquidez. Tais atividades são realizadas pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos de Investimento do Banco Safra.

iii. Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas, incluindo (i) o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e (ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Entidade.

iv. Risco operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e a consequente adoção de medidas preventivas.

A governança da gestão de risco operacional é estruturada não apenas por políticas, processos e procedimentos, mas também pela disseminação da cultura de prevenção aos riscos operacionais em toda a organização e conscientização de cada colaborador, independente de cargo ou função, sobre a responsabilidade de todos no gerenciamento do risco ao longo do exercício de suas funções no dia a dia.

Adicionalmente, a gestão do risco operacional, possui um comitê delegado da Alta Administração, denominado Comitê de Gestão de Riscos Operacionais, Cibernéticos e Prevenção ao Crime Financeiro (CGROC), cujo objetivo é acompanhar, de forma periódica, e suportar a tomada de decisões sobre assuntos relacionados ao risco operacional, conformidade

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(compliance), continuidade de negócios, riscos social, ambiental e climático, prevenção a crimes financeiros, segurança da informação e governança de dados.

No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e no portal de dados abertos do Banco Central estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar III, além informações referentes à gestão de riscos e capital da Controladora.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Conglomerado Safra conta com as reuniões periódicas dos comitês delegados de cada disciplina de riscos, além de reuniões com o CRO (*Chief Risk Officer*) e do Comitê Superior de Riscos.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura operacional e de controles internos atende às características específicas do Conglomerado Safra, incluindo o tamanho, a natureza dos seus negócios, a complexidade das suas operações e o seu nível de maturidade na gestão de riscos.

O sistema de controles internos, adotado pelo Conglomerado Safra, prevê a avaliação contínua de riscos e controles, com a aplicação da metodologia de avaliação independente, sendo o seu resultado apresentado periodicamente à alta administração.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

Por se tratar de uma Companhia exclusiva de participações societárias, os riscos do Emissor estão concentrados nas empresas em que tem participação, em especial nas instituições financeiras seguradora e sociedade de previdência, que controla direta ou indiretamente.

Referidas sociedades estão sujeitas as normas de controles internos aplicáveis ao Conglomerado Safra, que descrevem pormenorizadamente a estruturação de controles internos, abrangendo política de controles internos, manuais e roteiros, estrutura organizacional e comitê de controles internos.

O Conglomerado Safra dispõe de sistema de monitoramento de controles internos, de forma que o responsável pelo ponto monitorado responda periodicamente sobre a adoção e manutenção do controle interno a ele aplicável. Aliado a isso, as Auditorias Interna e Externa também verificam o cumprimento dos controles internos do Conglomerado.

b) Estruturas organizacionais envolvidas.

A área de Controles Internos do Conglomerado Safra é responsável pela avaliação, implantação e monitoramento dos pontos de controles internos.

a) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do Emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria e Comitê de Auditoria, quando aplicável, do Conglomerado Safra. O Diretor de Controles Internos é o responsável por apurar e reportar a ocorrência de eventuais descumprimentos dos controles internos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao Emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Não há no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares referente ao exercício findo em 31.12.2025 emitido pelo Auditor Externo apontamento de deficiências significativas de controles internos. Segundo a NBC TA 265 - Comunicação de Deficiências de Controle Interno, a deficiência significativa de controle interno é a deficiência ou a combinação de deficiências de controles internos que, no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança.

c) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Não há.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo Emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

O Conglomerado Safra possui as políticas relacionadas abaixo, com o objetivo, dentre outros, de definir as regras, diretrizes e procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:

- ✓ Código de Ética e Conduta;
- ✓ Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócios;
- ✓ Política de Combate a Corrupção e Suborno;
- ✓ Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP;
- ✓ Política Corporativa de Prevenção e Combate a Fraudes;
- ✓ Política de Relacionamento com Clientes e Usuários;
- ✓ Política de Conformidade.

As Políticas são atualizadas periodicamente e sempre que houver alterações relevantes legais ou operacionais.

A gestão das Políticas Corporativas é responsabilidade da área de Compliance, que também atua na orientação e tratamento de desvios. O Conglomerado Safra disponibiliza canal de denúncias próprio gerido pela área de Inspeção.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os monitoramentos são realizados pelas áreas de Compliance e PLD/FTP do Conglomerado Safra.

5.3 Programa de integridade

Os procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições e responsabilidades, estão descritos nas políticas relacionadas no item anterior (i) e nos manuais das respectivas áreas.

Ademais, o Código de Ética e Conduta, política de Compliance e Política de PLD/FTP são periodicamente atualizados e aprovados pelo Conselho de Administração do Banco Safra.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Conglomerado Safra possui Código de Ética e Conduta que é formalmente aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Safra.

O Código aplica-se a todos os Colaboradores, incluindo diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, empregados e estagiários, conforme definido no próprio documento.

O Código de Ética e Conduta tem como objetivo balizar a conduta pessoal e profissional de todos colaboradores e administradores de maneira a fortalecer a cultura ética da instituição e suas relações internas e externas, bem como estabelecer diretrizes claras para a adoção de posturas íntegras na condução dos negócios.

O Conglomerado Safra também possui um Código de Ética e Conduta específico para fornecedores e parceiros de negócios, disponíveis para consulta no site do Safra.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código estão previstas no próprio Código de Ética e Conduta.

Em caso de violação ao Código de Ética e Conduta ou a outras normas internas e legislações aplicáveis, o Conglomerado Safra prevê a aplicação de medidas disciplinares, conforme estabelecido na Seção 6.2 do Código de Ética e Conduta.

As sanções podem incluir:

5.3 Programa de integridade

- Sanções cíveis;
 - Sanções trabalhistas;
 - Sanções administrativas.
-
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Visando o constante aperfeiçoamento do quadro de colaboradores, o Conglomerado Safra disponibiliza treinamentos obrigatórios com o objetivo de capacitar e aprimorar o conhecimento envolvido em diferentes temas, como Segurança da Informação, Lei Anticorrupção, Risco Operacional, Controles Internos, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação de Armas de Destruição em Massa, Responsabilidade Socioambiental, Ética e outros assuntos diversos e não obrigatórios.

Periodicamente (anual ou quando da ocorrência de alteração regulatória significativa) são aplicados cursos de reciclagem relacionados aos temas acima.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta do Conglomerado Safra, foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Safra em 27/04/2023 (com atualização em curso) e está divulgado na intranet do Conglomerado, e no endereço eletrônico indicado a seguir: <https://www.safra.com.br/sobre/relacoes-com-investidores/informacoes-de-governanca.htm>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A triagem inicial das denúncias é realizada por meio de um fornecedor e o processo de investigação é interno.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e de terceiros.

5.3 Programa de integridade

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

As denúncias podem ser feitas anonimamente, e são tratadas com sigilo absoluto pela área de Inspeção, sendo preservada a identidade do denunciante e/ou qualquer pessoa que participe da investigação.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A área de Inspeção é a responsável pela apuração de denúncias recebidas no canal.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

O Conglomerado Safra adota procedimentos visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares na ocorrência de fusões, aquisições e reestruturações societárias, inclusive aqueles contemplados nas políticas mencionadas acima e outros normativos internos da instituição.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, uma vez que o como indicado acima, são adotadas regras, políticas, procedimentos e práticas pelo Conglomerado Safra.

5.4 Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve no último exercício social alterações significativas nos principais riscos a que o Emissor está exposto por meio de suas participações societárias.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há informações adicionais relevantes a serem prestadas pelo Emissor.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BANCO SAFRA S.A					
58.160.789/0001-28	Brasil	Sim	Sim	11/10/2023	
Não					
43.346.767	94,208	25.287.494	65,392	68.634.261	81,049
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe A	10.978.097	76,695	28,389	12,964	
Preferencial Classe B	14.309.397	58,749	37,003	16,898	
MARIO SLERCA JUNIOR					
007.592.017-49	Brasil	Não	Não	30/04/2020	
Não					
966.736	2,101	8.984.749	23,234	9.951.485	11,752
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe A	1.536.608	10,735	3,974	1,815	
Preferencial Classe B	7.448.141	30,579	19,260	8,795	
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
1.698.129	3,691	4.398.394	11,374	6.096.523	7,199

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
TOTAL					
46.011.632	100,000	38.670.637	100,000	84.682.269	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BANCO SAFRA S.A				58.160.789/0001-28		
DAVID JOSEPH SAFRA						
334.342.998-82	Brasil	Sim	Sim	11/07/2025		
Não						
4.744	33,517	1.250	50,000	5.994	35,991	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Preferencial Classe D	1.250	100,000	50,000	7,506		
JACOB JOSEPH SAFRA						
219.968.998-05	Brasil	Sim	Sim	11/07/2025		
Sim	DIONYSIOS EMMANUIL INGLESIS		Física	030.889.648-36		
4.744	33,517	1.250	50,000	5.994	35,991	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Preferencial Classe J	1.250	100,000	50,000	7,506		
VICKY SAFRA						
217.997.938-00	Brasil	Sim	Sim	09/03/2023		
Sim	Dionysios Emmanuil Inglesis		Física	030.889.648-36		
4.666	32,966	0	0,000	4.666	28,017	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BANCO SAFRA S.A			58.160.789/0001-28		
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
14.154	100,000	2.500	100,000	16.654	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	10/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	11.577
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1.809
Quantidade investidores institucionais	3

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	2.664.865	5,792%
Quantidade preferenciais	13.383.143	34,608%
Total	16.048.008	18,951%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	3.335.784	23,305%
Preferencial Classe B	10.047.359	41,251%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA	02.809.488/0001-28	43,555
BAI PARTICIPAÇÕES LTDA	50.257.134/0001-60	50,056
FASA PARTICIPAÇÕES LTDA	50.235.089/0001-43	50,031

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações;

b. principais controladas e coligadas do emissor;

c. participações do emissor em sociedades do grupo;

d. participações de sociedades do grupo no emissor;

e. principais sociedades sob controle comum.

O organograma não está inserido.

6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A tabela do item 6.1 reflete os direitos políticos detidos por cada um dos controladores

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado
O Emissor não possui uma política formalmente aprovada de indicação e de preenchimento de cargos dos órgãos de administração.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência
Não há um processo formal de avaliação dos administradores.
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações
Não aplicável, visto que não há um processo formal de avaliação dos administradores.
- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos
Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses
O Emissor adota as regras de identificação e administração de conflito de interesses do Conglomerado Safra.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão	Nº de membros	Gênero
Conselho de Administração	3	0 Feminino 3 Masculino
Diretoria	3	1 Feminino 2 Masculino

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão	Nº de membros	Cor
Conselho de Administração	3	3 brancos
Diretoria	3	3 brancos

iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes
Não há.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.**

Não aplicável.

- f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.**

O Emissor adota as políticas e diretrizes referente a avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima aplicável ao Conglomerado Safra.

Papel do Conselho de Administração do Banco Safra: aprovar e revisar, no mínimo, a cada 3 (três) anos, a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática aplicável ao Conglomerado Safra, manifestando-se expressamente, quando necessário, acerca das ações a serem implementadas para a correção de eventuais deficiências constatadas;

Papel do Conselho de Administração do Emissor: supervisionar a aplicação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática pela Diretoria e avaliar eventuais denúncias e reclamações envolvendo temas relevantes de natureza socio ambiental, encaminhados pela Ouvidoria ou Canal de Denúncias.

Papel da Diretoria: tornar efetiva a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, além de acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências apontadas nos controles correlatos a esta atividade.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	1	5	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	6	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	3	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	6	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração**7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:****a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração.**

Não aplicável, o Emissor não possui comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Emissor não possui uma política formalizada de contratação de serviço de extra auditoria.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O Emissor utiliza a estrutura de governança do Canal de Denúncias e Ouvidoria do Conglomerado Safra, que está apta a receber tratar e endereçar aos órgãos pertinentes as críticas, denúncias e reclamações de temas de ASG e conformidade. Temas relevantes podem ser direcionados ao Conselho de Administração do Emissor.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome	ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO	CPF:	843.603.807-04	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	30/11/1967
Experiência Profissional:	Ocupa o cargo de Diretor Presidente do Banco Safra S.A., desde 03/2024. No período de 06/2023 a 03/2024, exerceu o cargo de Diretor do Banco Safra S.A., tendo como atribuições a gestão do contencioso tributário, planejamento, orçamento, compliance e consultoria fiscal. De 05/2018 a 12/2022, ocupou o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Santander Brasil S.A responsável pelo segmento de Wealth Management. Foi membro titular do Conselho de Administração do Banco Santander Brasil S.A (01/2022 a 12/2022); do Conselho Global Santander Asset Management – Sede em Madrid; Membro do Comitê Executivo, Comitê de Riscos, Comitê Alco (Administração de Ativos e Passivos), Comitê de Captação, Comitê de Estratégia e Comitê Financeiro; Conselho de Administração da B3. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.										
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho de Administração	10/04/2026	Até a posse dos eleitos na AGO de 2029.	Presidente do Conselho de Administração		10/04/2026	Não	06/11/2023				
Condenações:											
Tipo de Condenação		Descrição da Condenação									

Nome

ENRICA MORPURGO

CPF:

091.905.178-22

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogada

Data de Nascimento:

06/05/1965

Experiência Profissional:

Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, possui MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e Mestrado em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo. Exerce o cargo de Diretora do Banco Safra S.A. desde novembro de 2022.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Diretora declara não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/04/2026	Até a posse dos eleitos na 1 RCA após a AGO de 2029.	Outros Diretores	Não exerce.	13/04/2026		09/01/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome

ISAAC SELIM SUTTON

CPF:

047.010.738-30

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Economista e Contador

Data de Nascimento:

25/10/1960

Experiência Profissional:

É sócio fundador da BH26, Boutique Financeira focada em Captação de Recursos, Fusões e Aquisições e Assessoria Societária, criada em 2010. Ocupou o cargo de Diretor Executivo na Holding do Grupo Safra, no período de 1994 a 2009. Suas responsabilidades incluíam a originação das operações, estruturação das transações com participação ativa no Conselho de Administração das empresas e o desinvestimento. Participou de vários processos relevantes de privatização e IPOs no Brasil, bem como de joint-ventures com parceiros internacionais.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	10/04/2026	Até a posse dos eleitos na AGO de 2029.	Conselho de Administração (Efetivo)		10/04/2026	Não	14/11/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome

LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI

CPF:

167.898.058-77

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

23/10/1972

Experiência Profissional:

Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui especialização em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente exerce o cargo de Diretor Executivo do Banco Safra e membro do Conselho de Administração.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/04/2026	Até a posse dos eleitos na 1 RCA após a AGO de 2029.	Diretor de Relações com Investidores		13/04/2026		01/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome MARCOS LIMA MONTEIRO**CPF:** 105.109.428-30**Passaporte:****Nacionalidade:** Brasil**Profis são:** Economista**Data de Nascimento:** 08/03/1971

Experiência Profissional:

Ocupa o cargo de Diretor Executivo do Banco Safra S.A., desde 10/2015, sendo responsável por operações, jurídico e controles corporativos.
Ocupa o cargo de Diretor da J. Safra Holding S.A., desde 06/2015.
Ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da J. Safra Holding S.A., desde 05/2021.
Ocupa o cargo de Diretor Presidente da Alfa Holdings S.A., Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Banco Alfa de Investimentos S.A. e Banco Alfa S.A., desde 03/2024.
No período de 04/2008 a 12/2014 atuou como Diretor Executivo de Operações e Serviços do Banco Votorantim S.A.
No período de 07/2003 a 03/2008 atuou como Chefe do Departamento de Operações (Global Banking & Markets) - Superintendente Executivo do BancoSantander S.A. e Diretor da Santander Corretora de Valores Mobiliários.
No período de 06/2001 a 07/2003 atuou como Chefe de Operações de Tesouraria e Middle Office do Bank of America, Brasil.
No período de 02/1994 à 06/2001 atuou no Departamento de Operações de Tesouraria (VP).
No período de 08/1990 à 01/1994 atuou como Supervisor de Operações da NORCHEM S.A.
Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	10/04/2026	Até a posse dos eleitos na AGO de 2029.	Conselho de Administração (Efetivo)		10/04/2026	Não	06/11/2023
Diretoria	13/04/2026	Até a posse dos eleitos na 1 RCA após a AGO de 2029.	Diretor Presidente / Superintendente		13/04/2026		14/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não possui comitês estatutários, bem como de auditoria, de riscos, financeiros ou de remuneração.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre (a) administradores do Emissor, (b) (i) administradores do Emissor e (ii) administradores de controladas e coligadas, diretas ou indiretas, do Emissor, (c) (i) administradores do Emissor ou de suas controladas e coligadas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do Emissor ou (d) (i) administradores do Emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras e coligadas diretas e indiretas do Emissor.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor			
MARCOS LIMA MONTEIRO	105.109.428-30	Subordinação	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BAI PARTICIPAÇÕES LTDA.	50.257.134/0001-60		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
MARCOS LIMA MONTEIRO	105.109.428-30	Subordinação	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
FASA PARTICIPAÇÕES LTDA.	50.235.089/0001-43		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
MARCOS LIMA MONTEIRO	105.109.428-30	Subordinação	Controlada Indireta
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	60.770.336/0001-65		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
MARCOS LIMA MONTEIRO	105.109.428-30	Subordinação	Controlada Indireta
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	17.167.412/0001-13		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há			
Administrador do Emissor			
MARCOS LIMA MONTEIRO	105.109.428-30	Subordinação	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.	02.809.488/0001-28		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
MARCOS LIMA MONTEIRO	105.109.428-30	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO SAFRA S.A	58.160.789/0001-28		
Diretor Executivo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO	843.603.807-04	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO SAFRA S.A	58.160.789/0001-28		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO	843.603.807-04	Subordinação	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	60.770.336/0001-65		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO	843.603.807-04	Subordinação	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	17.167.412/0001-13		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor ENRICA MORPURGO Diretora	091.905.178-22 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada BANCO SAFRA S.A Diretora	58.160.789/0001-28 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação Não há.			
Administrador do Emissor LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI Diretor	167.898.058-77 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada BANCO SAFRA S.A Diretora Executiva	58.160.789/0001-28 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação Não há.			
Administrador do Emissor LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI Diretor	167.898.058-77 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. Diretor	60.770.336/0001-65 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação Não há.			
Administrador do Emissor LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI	167.898.058-77	Subordinação	Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	17.167.412/0001-13		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI	167.898.058-77	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BAI PARTICIPAÇÕES LTDA.	50.257.134/0001-60		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI	167.898.058-77	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
FASA PARTICIPAÇÕES LTDA.	50.235.089/0001-43		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI	167.898.058-77	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.	02.809.488/0001-28		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Não há.			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Não há.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há informações adicionais relevantes a serem fornecidas.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Com a aquisição do controle da Alfa Holdings S.A. pelo Banco Safra S.A., a Alfa Holdings S.A. passou a integrar o conglomerado do Banco Safra S.A. e a adotar a Política de Remuneração de Administradores aplicável às empresas do Conglomerado Safra. Em razão da aquisição do controle acima mencionada e da extinção do Comitê de Remuneração do Banco Alfa de Investimentos S.A., antigo líder do Conglomerado Alfa, a aplicação da Política de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Safra às empresas anteriormente integrantes do Conglomerado Alfa foi formalmente aprovada pelo Comitê de Remuneração do Banco Safra S.A. em 29.08.2024.

A política de remuneração dos Administradores do Conglomerado Safra tem por objetivo definir as diretrizes de pagamento de remuneração aos Administradores e dos Membros dos Comitês do Conglomerado. Esta política está alinhada com as diretrizes de gestão e controle de riscos, abrangendo os riscos social, ambiental e climático e tem o intuito de evitar exposição a riscos e mitigar potenciais conflitos de interesses, bem como ser coerente com os valores da instituição e interesses de longo prazo.

b) i. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

O Conselho de Administração elabora a proposta da remuneração global anual para pagamento dos administradores do emissor e tal proposta é submetida à aprovação da Assembleia Geral.

Após aprovação pela Assembleia Geral, caberá ao Conselho de Administração, baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, efetuar a distribuição da remuneração global entre seus membros e os membros da Diretoria.

b) ii. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

Conforme Política de Remuneração, a remuneração dos Administradores é mensal, fixa e revisada anualmente com base no planejamento anual, desempenho do período anterior e em informações de mercado.

A análise individual da performance dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração na determinação do valor da remuneração global, que é paga em 12 (doze)

8.1 Política ou prática de remuneração

parcelas iguais, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável.

b) iii. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor quando propõe a remuneração global para pagamento dos Administradores.

c) i. composição da remuneração, indicando os diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

A remuneração é fixa e paga em espécie, mensalmente, aos Administradores, de acordo com o cargo exercido, escopo e função de suas atividades, alinhado às práticas de mercado.

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A remuneração fixa é adotada com o propósito de mitigar a assunção de riscos com a finalidade de auferir remuneração maior. A adoção da remuneração fixa está em linha com os objetivos de longo prazo da Companhia.

- sua proporção na remuneração total dos 3 últimos exercícios sociais

Nos últimos exercícios sociais, antes de aderir a Política de Remuneração do Conglomerado Safra, o Conglomerado Alfa praticava o pagamento de remuneração variável aos seus Administradores.

Após a adesão da Política de Remuneração do Conglomerado Safra, a remuneração passou a ser mensal e fixa.

Nos exercícios em que o Conselho Fiscal é instalado, a remuneração mensal dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal é composta em 100% por honorários, os quais são propostos pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral em valor fixo mensal, observado o mínimo legal.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral Ordinária apenas a remuneração global para o pagamento de remuneração fixa aos Administradores, parcelas mensais, conforme definido no item c.i).

Na elaboração de tais propostas, o Conselho de Administração considera os seguintes aspectos:

(i) o porte e a situação econômico-financeira do Conglomerado;

8.1 Política ou prática de remuneração

(ii) o ambiente político e econômico dos mercados onde opera o Conglomerado, procurando antever e aproveitar oportunidades de resultados, bem como identificar riscos a serem evitados;

(iii) aspectos da Administração como um todo, como a percepção de empenho, a dedicação e competência no desempenho conjunto dos Administradores, e as remunerações a Administradores praticadas por Sociedades concorrentes, de porte e características semelhantes;

(iv) os lucros apurados pelo Conglomerado no exercício anterior, e a tendência para os negócios e resultados nos exercícios subsequentes;

(v) a variação do Patrimônio Líquido final consolidado do exercício, após impostos e dividendos/JCP, comparada com o IPCA no mesmo período, refletindo dessa forma o desempenho positivo do conjunto das Instituições do Conglomerado; e

(vi) fatos excepcionais, positivos ou negativos, com consequências de curto ou longo prazo, também poderão ser considerados nesta proposta.

- Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A análise individual da performance dos Administradores (entre outros fatores) e estudos de mercado são considerados na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável.

a) ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração fixa é adotada com o propósito de mitigar a assunção de riscos por Administradores com a finalidade de auferir remuneração maior. A adoção da remuneração fixa está em linha com os objetivos de longo prazo da Instituição.

b) iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os Diretores que recebem remuneração por outra empresa do Conglomerado não serão remunerados pelo emissor.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os Administradores do emissor que exercem cargo de diretoria em outras empresas do Conglomerado somente recebem sua remuneração de tais empresas, de acordo com o exercício de cargos para os quais foram eleitos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4			4,00
Nº de membros remunerados	4			4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	465.000,00			465.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	104.625,00			104.625,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$104.625,00 refere-se a contribuição previdenciária, incidente sobre a remuneração de R \$465.000,00.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	não há			
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação	não há			
Total da remuneração	569.625,00			569.625,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4			4,00
Nº de membros remunerados	4			4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	705.000,00			705.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	141.000,00			141.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$141.000,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R \$705.000,00.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	não há			
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação	não há.			
Total da remuneração	846.000,00			846.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	1	8	13,00
Nº de membros remunerados	4	1	8	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	660.458,00	351.117,00	99.427,00	1.111.002,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	132.092,00	70.223,00	19.885,00	222.200,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$132.092,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R \$660.458,00.	O valor de R\$70.223,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$351.117,00.	O valor de R\$19.885,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$99.427,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	-	-	-	
Total da remuneração	792.550,00	421.340,00	119.312,00	1.333.202,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	3	8	14,00
Nº de membros remunerados	3	3	8	14,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.106.515,00	1.095.454,00	431.739,00	2.633.708,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	248.966,00	246.477,00	97.142,00	592.585,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$248.966,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$1.106.515,00.	O valor de R\$246.477,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$1.095.454,00.	O valor de R\$97.142,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$431.739,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	-	-	-	
Total da remuneração	1.355.481,00	1.341.931,00	528.881,00	3.226.293,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios sociais encerrados em 2023, 2024 e 2025, não foram pagos valores a título de participação nos lucros aos administradores do Emissor.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais**
- b. data de aprovação e órgão responsável**
- c. número máximo de ações abrangidas**
- d. número máximo de opções a serem outorgadas**
- e. condições de aquisição de ações**
- f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**
- h. forma de liquidação**
- i. restrições à transferência das ações**
- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não há plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há plano de remuneração baseado em ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. data de outorga

e. quantidade de opções outorgadas

f. prazo para que as opções se tornem exercíveis

g. prazo máximo para exercício das opções

h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções

i. valor justo das opções na data da outorga

j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não existe outorga de opções de compra de ações.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação às opções ainda não exercíveis

i. quantidade

ii. data em que se tornarão exercíveis

iii. prazo máximo para exercício das opções

iv. prazo de restrição à transferência das ações

v. preço médio ponderado de exercício

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

e. em relação às opções exercíveis

i. quantidade

ii. prazo máximo para exercício das opções

iii. prazo de restrição à transferência das ações

iv. preço médio ponderado de exercício

v. valor justo das opções no último dia do exercício social

f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não existem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. número de ações

e. preço médio ponderado de exercício

f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

Não há opções exercidas nem ações entregues.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não há informações para este item, visto que inexistem informações para os itens 8.4 a 8.5

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. data de outorga

e. quantidade de ações outorgadas

f. prazo máximo para entrega das ações

g. prazo de restrição à transferência das ações

h. valor justo das ações na data da outorga

i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não há outorga de ações.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve entrega de ações, pois não há remuneração baseada na entrega de ações.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d. forma de determinação da volatilidade esperada

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nada a indicar, já que não foram divulgados dados nos itens 8.5 a 8.11,

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Sociedade não detêm ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor.

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. nome do plano

e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

f. condições para se aposentar antecipadamente

g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	1	3	4	4	3	8	8
Nº de membros remunerados	1	3	4	4	3	8	8
Valor da maior remuneraçãoReal	62.223,47	486.628,00	15.000,00	53.166,67	499.732,00	5.483,12	107.935,00
Valor da menor remuneraçãoReal	62.223,47	0,01	7.500,00	7.500,00	5.000,00	2.802,48	107.935,00
Valor médio da remuneraçãoReal	62.223,47	182.576,00	9.687,50	24.802,09	158.074,00	4.142,80	107.935,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

O emissor não remunera diretores que são parte relacionada dos controladores. Os membros do conselho fiscal, quando em exercício, não são parte relacionada dos controladores. Com relação ao Conselho de Administração, há dois membros que são parte relacionada dos controladores que recebem uma fração de sua remuneração do emissor, conforme item 8.19 abaixo.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos 3 últimos exercícios sociais não houve remuneração a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	6.145.176,00	0,00	0,00	6.145.176,00
Controladas do emissor	1.530.917,00	0,00	0,00	1.530.917,00
Sociedades sob controle comum	9.462.178,00	0,00	0,00	9.462.178,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2025

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	3.932.733,00	0,00	0,00	3.932.733,00
Controladas do emissor	1.519.059,00	0,00	0,00	1.519.059,00
Sociedades sob controle comum	6.819.632,00	0,00	0,00	6.819.632,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2024

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	5.635.036,00	0,00	0,00	5.635.036,00
Controladas do emissor	988.619,00	0,00	0,00	988.619,00
Sociedades sob controle comum	4.330.596,00	0,00	0,00	4.330.596,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2023

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	1.105.779,00	154.934,00	1.306.779,00	2.567.492,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações consideradas relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Jurídica	49.928.567/0001-11	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
10/05/2024	10/05/2024		
Descrição dos serviços prestados			
Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Em 2025 foram pagos R\$ 30.473,48, com impostos.			
Justificativa da substituição			
Não houve substituição .			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Os auditores ou pessoas a eles ligadas não foram contratados pelo Emissor ou pessoas de seu grupo econômico para prestação de outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações adicionais relevantes a serem fornecidas.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Existe um esclarecimento para o quadro ter sido preenchido todo com 'zero', inclusive a opção 'prefere não responder':

Outro motivo: O Emissor não possui funcionários.

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	0	0
Não-liderança	0	0	0
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança			
Não-liderança			
TOTAL	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0

TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0
-----------	---	---	---	---	---	---

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	0	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 0	0	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranjam:

i. identidade autodeclarada de gênero

ii. identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. faixa etária

iv. pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável

v. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

c. índice de rotatividade

2025

a) O Emissor não tem funcionários próprios e suas atividades são desenvolvidas através de uma estrutura corporativa.

b) Não há trabalhadores terceirizados.

c) O índice de rotatividade do Emissor em 2025 foi zero.

2024

a) O Emissor não tem funcionários próprios e suas atividades são desenvolvidas através de uma estrutura corporativa.

b) Não há trabalhadores terceirizados.

c) O índice de rotatividade do Emissor em 2024 foi zero.

2023

a) O Emissor não tem funcionários próprios e suas atividades são desenvolvidas através de uma estrutura corporativa.

b) Não há trabalhadores terceirizados.

c) O índice de rotatividade do Emissor em 2023 foi zero.

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima.

Não aplicável considerando o descrito no item 10.1.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

- a. política de salários e remuneração variável
- b. política de benefícios
- c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:
 - i. grupos de beneficiários
 - ii. condições para exercício
 - iii. preços de exercício
 - iv. prazos de exercício
 - v. quantidade de ações comprometidas pelo plano
- d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

Não aplicável considerando o descrito no item 10.1.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
1,00	1,00	1,00
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.

Não aplicável considerando o descrito no item 10.1.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes para este item.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política do Emissor é de que as operações e negócios com partes relacionadas sejam realizados observando-se preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Legislação vigente.

A Lei das Sociedades por Ações determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o do Emissor. A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos do Emissor, em detrimento do Emissor; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o do Emissor, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

No curso normal de seus negócios, o Emissor, suas coligadas e algumas empresas detidas pelo Acionista Controlador realizam operações comerciais e financeiras entre si. As operações entre as partes relacionadas foram efetuadas pelas mesmas taxas e valores médios praticados com terceiros.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Safra S.A.	31/12/2025	98,94	98,94	98,94	Não aplicável	0
Relação com o emissor	Empresa ligada					
Objeto contrato	Depósito a vista					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não pagamento					
Natureza e razão para a operação	Não há outras informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO SAFRA S.A	31/12/2025	131.202.981,50	131.202.981,50	131.202.981,50	Vencimento até 28/12/2026.	
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Aplicação de recursos indexados a 100% do CDI.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não pagamento.					
Natureza e razão para a operação	Não há outras informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO SAFRA S.A	31/12/2025	5.368.471,77	5.368.471,77	5.368.471,77	Pagamento em 13.02.2026	0
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Dividendos a pagar					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não há outras informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

- a. nome das partes relacionadas**
- b. relação das partes com o emissor**
- c. data da transação**
- d. objeto do contrato**
- e. se o emissor é credor ou devedor**
- f. montante envolvido no negócio**
- g. saldo existente**
- h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir**
- i. garantias e seguros relacionados**
- j. duração**
- k. condições de rescisão ou extinção**
- l. natureza e razões para a operação**
- m. taxa de juros cobrada, se aplicável**
- n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**
- o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Conforme mencionado no tópico 11.1, é política do Emissor que as operações e negócios com partes relacionadas sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado, em conformidade com a legislação vigente.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes para este item.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
28/03/2024		436.556.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
46.011.632	38.670.637	84.682.269
Capital social por classe de ações preferenciais		
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações	
Preferencial Classe A	14.313.881	
Preferencial Classe B	24.356.756	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

a. direito a dividendos

b. direito de voto

c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:

i. condições

ii. efeitos sobre o capital social

d. direitos no reembolso de capital

e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle

f. restrições à circulação

g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

h. possibilidade de resgate de ações, indicando:

I. hipóteses de resgate

II. fórmula de cálculo do valor de resgate

i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação.

j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável.

k. outras características relevantes.

Não aplicável, o Emissor é uma empresa Nacional, sem classe de ação emitida em outros países.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não emitiu outros valores mobiliários nos 3 últimos exercícios.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Como mencionado no item 12.3 não houve emissão de outros valores mobiliários.

12.5 Mercados de negociação no Brasil**12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.**

As ações do Emissor são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os seguintes códigos:

RPAD3 – Ações Ordinárias

RPAD5 – Ações Preferenciais da classe A

RPAD6 – Ações Preferenciais da classe B

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há negociação de valores mobiliários do emissor em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não emitiu títulos no exterior nos 3 últimos exercícios.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

O Emissor não efetuou ofertas públicas de distribuições de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Marcos Lima Monteiro	Diretor Presidente
Leandro de Azambuja Micotti	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente**ALFA HOLDINGS S.A.**

Eu, **Marcos Lima Monteiro**, brasileiro, divorciado, economista, RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, CPF nº 105.109.428-30, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-930, na qualidade de Diretor Presidente da Alfa Holdings S.A., declaro e atesto, para os devidos fins, que:

- a) revi o Formulário de Referência relativo ao exercício de 2025;
- b) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº. 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 29 de maio de 2026.

Marcos Lima Monteiro
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores**ALFA HOLDINGS S.A.**

Eu, **Leandro de Azambuja Micotti**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 21.569.675-SSP-SP, CPF nº 167.898.058-77, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-930, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Alfa Holdings S.A., declaro e atesto, para os devidos fins, que:

- a) revi o Formulário de Referência relativo ao exercício de 2025;
- b) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº. 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 29 de maio de 2026.

Leandro de Azambuja Micotti
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.